

RITA LAURA SEGATO

Mudando a paisagem racial no Brasil: a política de cotas

Rita Laura Segato: changing the racial landscape in Brazil - the racial quota politics

Cláudia Maia\*

Alysson Luiz Freitas de Jesus\*\*

**R**ita Laura Segato estudou Ciências Antropológicas na Universidad de Buenos Aires; é Mestre pela The Queen's University of Belfast, Irlanda do Norte, e PhD por esta mesma universidade. Foi pesquisadora visitante no Departamento de Antropologia da Rice University (Houston, EUA) e no Institute for Research in the Humanities da University of Wisconsin-Madison e professora visitante no Center for Latin American Studies da University of Florida. Atualmente é professora associada I do Departamento de Antropologia da UnB, pesquisadora 1-A do CNPq, conselheira Ad-Hoc da CAPES, coordenadora do grupo de pesquisa "Antropologia e Direitos Humanos", pesquisadora principal do PRONEX "Movimentos religiosos no Mundo Contemporâneo" do Ministério de Ciências e Tecnologia, Professora da Cátedra UNESCO de Bioética da Universidade de Brasília e pesquisadora associada ao Centro de Direitos Humanos Emília Mignone da Universidad Nacional de Quilmes, Argentina. Possui uma vasta publicação de artigos e livros dentre eles, *Santo e Daimones: o politeísmo afro-brasileiro e a tradição arquetipal* (1995 e 2005) pela editora UnB; *Las estructuras elementares de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos* (Buenos Aires: Prometeo, 2003); *La Escritura en el cuerpo de las mujeres de Ciudad Juarez: Territorio, Soberanía y Crímenes de Segundo Estado* (México, DF: Ediciones del Claustro de Sor Juana, 2006), e, recentemente, lançou o livro *La nación y sus otros. Raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de Políticas de la identidad* (Buenos Aires: Prometeo, 2007). A professora Rita tem pesquisado na interfase entre a antropologia e os Direitos Humanos, sobre os temas religião, gênero, discriminação, pluralismo jurídico e prisões. Juntamente com o Professor José Jorge de Carvalho foi autora da primeira proposta de uma política de discriminação positiva dos negros na universidade pública brasileira, através do sistema de cotas, apresentada em 1999 na UnB. A partir desta proposta pioneira, hoje mais de 50 IES do Brasil já adotaram sistemas de cotas para afro-descendentes, descendentes indígenas, egressos de escolas públicas e portadores de necessidades especiais. Sua produção intelectual tem somado grande contribuição não apenas no âmbito acadêmico, mas também para os movimentos sociais e para a implantação de políticas públicas no Brasil e em outros países da América Latina. Em meio à audiências públicas e bancas de doutorado, a professora Rita Segato, muito gentilmente, concedeu esta entrevista à *Unimontes Científica*.

---

\* Doutora em História pela UnB. Profa. do Departamento de História da Unimontes. [cjmaia@gmail.com](mailto:cjmaia@gmail.com)

\*\* Doutorando em História pela USP. Prof. do Departamento de História da Unimontes.

**1) Rita, você juntamente com o Prof. José Jorge de Carvalho, têm sido conhecidos como os “avôs” das Cotas, porque introduziram a discussão no Brasil e foram responsáveis pelo projeto de implantação do sistema de cotas na Universidade de Brasília, o primeiro de uma série que seguiu na universidade pública brasileira. Gostaríamos que nos contasse um pouco a história desta proposta pioneira e por que as cotas como política de discriminação positiva?**

**RITA:** É importante fazer aqui duas precisões: O tema das ações afirmativas já tinha surgido diversas vezes no Brasil, tanto no interior do movimento social, quer dizer, do movimento negro, como inclusive dentro do próprio Congresso Nacional. O que aconteceu em 1999 é que pela, primeira vez, dois professores universitários iniciaram uma campanha concreta e situada sobre a necessidade desta política no interior mesmo de uma instituição de ensino superior, a UnB, e levaram a público uma proposta do que fazer e de como fazer, incluindo aqui uma reflexão detalhada de como implementar. Em novembro e dezembro de 1999, em três exposições assistidas por grande público na UnB – uma, no auditório da Biblioteca Central com motivo do aniversário da morte de Zumbi dos Palmares, outra, no Auditório da Faculdade de Ciências da Saúde, convocada pelo professor Volnei Garrafa, da Bioética, e a terceira realizada no Auditório da Reitoria – apresentamos a primeira versão da nossa proposta e enfrentamos as primeiras audiências. Aí, pela primeira vez, falando de cotas para uma maioria branca como são os públicos das universidades públicas e prestigiosas, começamos a avaliar a carga afetiva e o turbilhão de paixões encontradas que, no Brasil, cutucar com a delicada ordem racial suscita.

A segunda precisão que deve ser feita é que, se bem nós levamos esta idéia ao interior da universidade, rompendo o silêncio a respeito da exclusão e segregação intensa na educação e, especialmente, na educação superior, nós de fato não implantamos o projeto ao qual tanta reflexão e trabalho tínhamos dedicado. Me lembro que, durante aproximadamente um ano, o Jorge ligou semanalmente para a Decana de Extensão, Professora Doris Faria, a nossa mais próxima aliada na

Reitoria naquele período, e para o Professor Timothy, então Vice-Reitor a agora Reitor, para solicitar que se desse andamento no CEPE ao processo de discussão e deliberação sobre a proposta. Eu via o Jorge quase suplicar, com uma humildade que me comovia, e, também, amargar longas esperas dos retornos telefônicos que, a maioria vezes, não chegavam. Foram necessárias muita paciência e uma grande modéstia, qualidades que foram aí somente dele, pois eu não teria suportado. Esse trabalho permanece e, quem sabe, sempre permanecerá invisível quando se conte o episódio da luta pelas cotas que, sem dúvida, um dia começará a ser narrado como uma página importante da história da transformação do paradigma racial do Brasil. O que quero ressaltar aqui, então, é que nós não acompanhamos nem soubemos como foi deliberado esse processo nos círculos próximos da Reitoria, aos quais nem pertencíamos naquele momento nem pertencemos hoje. Mas, sim, sabemos que ativamos algumas pressões externas e invocamos nomes que atuavam na administração federal. Acredito que a Conferência de Durban foi muito importante neste desfecho e na decisão da Reitoria de iniciar o processo de deliberação. Certamente, a Relatora de Durban, a brasileira Edna Roland, foi uma aliada da primeira hora, através do generoso contato com ela realizado por Magali Naves, na época trabalhando na ONG feminista AGENDE, da qual sou membro da diretoria, e atualmente trabalhando na SEPPIR. Uma vez a Reitoria tomou a decisão de respaldar a proposta, participamos na defesa da mesma em três reuniões que, ao longo de um ano, se sucederam com a finalidade de explicar a proposta para os conselheiros. Convocar os professores para discutir o tema não foi fácil, e, na primeira reunião, quase não compareceram embora, sim, estivessem presentes outros setores da cidadania, incluindo aqui secundaristas do DF. Nessas duas primeiras reuniões, ambos defendemos a proposta e, finalmente, em 2002, no dia da votação, o Jorge falou para os membros do CEPE, reunidos no Auditório da Reitoria. Foram, também, convidadas a expor a recém empossada Ministra Matilde, da SEPPIR e a Professora Petronila, da Universidade Federal de São Carlos, na época integrante do Conselho Nacional de Educação.

Para nossa surpresa, imediatamente depois da votação a reitoria indicou uma comissão de implementação na qual nós não fomos convidados a fazer parte. A partir desse momento, a forma de implementação saiu completamente das nossas mãos e não tivemos qualquer oportunidade de colocar em prática ou contribuir com a longa reflexão acumulada sobre o tema nem com a experiência e avaliação de riscos e possibilidades que tínhamos adquirido no debate com variadas audiências de dentro e fora da Universidade. Portanto, é importante fazer notar que nós fomos os autores da idéia e da sua justificação na esfera acadêmica, e quem iniciou a luta por discuti-la nos círculos universitários, com os riscos e penúrias que isso implicou não somente para nós, mas principalmente para os alunos (a maioria deles brancos) que nos acompanharam da primeira hora nessa luta. Mas, não tivemos acesso a quaisquer das decisões que levaram à sua implantação na UnB. Foi por isso que partes importantes da nossa proposta não foram colocadas em prática, como a implantação de três órgãos complementares: A Ouvidoria para membros vulneráveis da comunidade acadêmica (completamente independente da Reitoria e não exclusivamente para os estudantes cotistas); a comissão de monitoramento da política (que deveria avaliar possíveis deturpações e desvios da medida lesando seus legítimos destinatários somente depois de ser implementada, e não em antecipação); e a comissão de acompanhamento psicopedagógico (para um apoio sério e constante, que até hoje se demonstra imprescindível, tanto no campo do cuidado do equilíbrio psicológico dos cotistas, como no do seu desempenho escolar, mutuamente inter-relacionados). Na nossa concepção, sem esses três órgãos, instalados da primeira hora, a proposta não poderia se realizar adequadamente.

Naturalmente, o que acabo de relatar aqui, de forma muito abreviada, nada diz respeito aos fatos que anteciparam e nos decidiram a essa luta. Somente um livro, na verdade, seria capaz de dar conta de uma história tão complexa, pela qual dois professores relativamente bem sucedidos, ambos pesquisadores 1/A do CNPq desde 1997, membros de um colegiado com nota máxima da CAPES, decidiram colocar tudo em risco pelo que

consideraram ser um bem maior, tanto para a sociedade em que eles e seus filhos devem viver, como para o próprio enriquecimento do espaço acadêmico em que trabalham.

**2) A definição do termo “raça” adquiriu um componente científico na segunda metade do século XIX, tendo enorme aplicabilidade social e cultural no início do século XX. No Brasil, por exemplo, contribuiu para reforçar as ideologias de branqueamento da população, projeto de Estado durante décadas. Hoje, entretanto, o conceito de raça não se sustenta mais do ponto de vista biológico. Não estariam as Cotas para negros nas Universidades contribuindo para um reforço dessa ideologia racial, tão perigosa e nociva na vida política de vários países, na primeira metade do século XX?**

**RITA:** Raça é sim uma categoria biológica, mas sem relevância no campo comportamental. O que a torna relevante no campo das lutas por justiça é que ela é um marcador de povos localizados com bastante precisão até o início do empreendimento colonial. É por isso que, depois da conquista e do processo de colonização, ela se transforma num signo identificador de posições relativas ao longo dessa história, e passa a ser a raça dos povos conquistadores e a raça dos povos conquistados. A partir daí, a dimensão da raça que passa a ser fortemente relevante é a de sua representação social, que emerge em um contexto histórico e social preciso. É importante compreender que, a partir da conquista e colonização de África e da América Latina, o traço racial na pessoa passa a depender de uma leitura informada por uma história concreta como é a história colonial. Ela é um signo inscrito nas pessoas por essa história, um signo de uma posição nesse tempo histórico.

Perturba ver colegas antropólogos e sociólogos, cujas disciplinas têm por tema central explicar o que são “representações sociais”, lançar mão agora da irrelevância biológica da raça para se opor às cotas. Se essa tergiversação é dolorosa nos cientistas sociais, não é menos espantosa nos biólogos, que por ser cientistas treinados e pessoas instruídas, não podem fazer de conta que estamos discutindo biologia! Não estamos discutindo biologia, estamos discutindo representações so-

ciais que resultam numa classificação de pessoas pelos signos que sua aparência revela. Naturalmente, por estarmos aqui no campo do sentido e, portanto, da interpretação, é da leitura desses signos informada por histórias particulares, continentais, nacionais e regionais do que se trata, e não da sua facticidade biológica.

Triste é, também, ver por estes dias a re-encenação de um gesto odiado por gerações de cientistas críticos: se antes a ciência racista se ocupava de fazer medições de crânios e tomar medidas frenológicas, hoje os biólogos brasileiros medem marcadores genéticos como se isso pudesse estabelecer um quem-é-quem na cena social. E os cientistas sociais vêem isso acontecer sem se manifestar!

**3) O Brasil é um país profundamente miscigenado, talvez com uma experiência única de “trocas” culturais na história moderna. Essa miscigenação, para muitos autores, foi um dos elementos positivos do brasileiro, e Gilberto Freyre insistiu nesse aspecto quando do seu elogio ao negro e à colonização portuguesa na América, em Casa Grande & Senzala. Entretanto, algumas posições avaliam que políticas de Estado, como a criação das Cotas nas Universidades, poderiam reforçar o contrário, isto é, uma maior discriminação em um ambiente não apenas Universitário, com possibilidades de atingir vários setores da sociedade. Você concorda com essas posições? Trata-se de uma análise possível sobre as Cotas ou definições precipitadas, que não dão conta da complexidade do tema?**

**RITA:** Aqui temos que reconhecer a diferença entre miscigenação racial, mistura cultural e convívio ou inclusão social. São três estratos de realidade totalmente diferentes que no Brasil foram confundidos. Ao sustentar essa confusão, o Brasil induziu a uma leitura errada da sua realidade na imagem “for export”, no verdadeiro cartão postal ou fachada externa que produziu para divulgação de sua identidade como nação em outros países. Houve, de fato, a exibição de um compartilhamento da cultura como se fosse, também, um compartilhamento dos recursos existentes na sociedade, um acesso compartilhado a esses recursos, quando, na verdade, uma

coisa não implica a outra necessariamente. Posso brincar de carnaval, torcer no football, etc, sem, necessariamente, casar com meu colega de brincadeira e de torcida e, portanto, sem produzir uma linhagem comum que herde os mesmos recursos, e é isso o que progressivamente aconteceu no Brasil, como as estatísticas mostram: brincamos juntos, mas cada um voltando para seu canto, cada um na sua casa, cada um na sua quadrícula. Os herdeiros da brancura com seu patrimônio e a proteção das leis, e os herdeiros da África ou dos povos originários com sua despatrimonialização progressiva e sem inscrição jurídica como para reclamar uma devolução, uma restituição.

Eu, como as pessoas negras com quem eu falo, não acreditamos que as cotas racializem um país que não se encontra já racializado. As estatísticas policiais mostram às claras sua racialização. O que acontece é que somente se escutam as vozes dos brancos e dos seus aliados negros afirmando que o Brasil não é racista ou que o Brasil não é um país racializado. Quem são estes para falar em nome de todos, para se auto-outorgar o papel de porta-voz geral da nação? Quem são estes para negar a expressão de uma queixa daqueles que afirmam, sim, sofrer em consequência da racialização e da exclusão que de ela (dela) resulta, assim como dos riscos que ela representa constantemente na rua, face à seletividade da justiça e da ação policial? Como alguém, na sociedade, pode falar em nome de todos: “Não somos racistas”? A constituição autoritária desse “nós” que autoriza a falar em nome da nação já é um claro indício de que as coisas não estão bem e de que estamos num universo comunicativo onde nem todos tem igual acesso à audibilidade, à comunicação, a fazer circular o seu discurso.

**4) Apesar das representações negativas que se tem feito da criação das Cotas, é inegável, ao que nos parece, que as mesmas são uma importante oportunidade para negros e pobres do Brasil. Três séculos de escravidão negra reforçaram a dependência e a submissão de uma parcela da população brasileira. O fim da escravidão, no qual os escravos tiveram um importante papel – que comprova a capacidade política e cultural dos brasileiros de origem africana – não foi**

suficiente para resolver os problemas gerados pelo regime escravista. As cotas poderiam contribuir, nesse sentido, isto é, na correção de um problema histórico, até hoje pouco debatido pela sociedade brasileira?

**RITA:** De fato, como afirmei no texto que sustenta a proposta de cotas, as cotas contribuem – e já contribuíram – de muitas formas a mudar o Brasil. O TEMA DAS COTAS, AO SER FALADO, AO SER POSTO, COLOCOU A QUESTÃO RACIAL NO OLHO DA MÍDIA, e uma vez que uma palavra é pronunciada, se ela bate ou reverbera numa experiência existente, se o que ela denomina pode ser de alguma forma reconhecido, ainda que mais não seja no lusco-fusco da consciência, essa palavra vinga, ela se multiplica como as pedras de uma alude. E é isso que nós conseguimos com as cotas, só com começar a falar em cotas: dar nome a uma experiência social compartilhada, que tinha permanecido em sombras, mascarada por representações dominantes do país que lhe impediam o passo à representação em nome de um nós miscigenado, capaz de representar a todos.

As cotas nada ensinaram àqueles que não se sentiram nunca expressados nesse “nós”, quer dizer, àqueles que não se percebem fazendo parte desse “nós”. É a nós que elas ensinam, pois vêm a trincar a imagem hegemônica de nação, aquela que é credível para os que estamos do lado da inclusão acadêmica, econômica, jurídica e política, e instalam a possibilidade de que enxerguemos aqueles que desejam falar em termos de um outro “nós”. Nas cotas, esses “outros” obliterados no discurso da antropofagia, como discurso de um sujeito autorizado e posicionado que faz sua própria síntese – ou digestão - de todos os elementos da nação, obtém inscrição como elemento não digerido, que quer e pode agora articular seu próprio – indigesto? - discurso.

Mais do que colocar concretamente algumas pessoas negras na universidade, as cotas NOMEIAM um problema e convocam à sua solução.

**5) Um aspecto que parece visível na criação das Cotas é o fato de que as Universidades não parecem ter adaptado seus processos seletivos para essa nova realidade. Evidentemente, o debate tomou rumos distintos nas**

**várias IES que as Cotas foram implantadas. Como adaptar essa nova realidade das Cotas aos processos seletivos, tendo em vista que a qualidade do estudante que almeja acessar a Universidade não deve, em momento algum, ser colocada de lado?**

**RITA:** Não se trata somente do processo seletivo. Trata-se, também, do processo da permanência, da relação com os professores, os colegas, a burocracia acadêmica, e os conteúdos transmitidos. Não podemos aceitar que as autoridades acadêmicas acreditem que se trata simplesmente de um gesto de boa vontade política e que, como por um ato de magia, o problema se resolve com o ingresso de alguns estudantes negros por semestre ao interior das turmas. A vontade política é importante, mas somente DESLANCHA o processo. Ela não o garante e nem é suficiente para encaminhá-lo adequadamente. Se o processo não é acompanhado de constante reflexão e monitoramento ele poderá fracassar. É necessário promover o debate e até o confronto dentro de cada comunidade acadêmica, dentro de cada universidade. Somente esse debate será um celeiro de idéias que fará interessante a gente pertencer a este mundo, a essas instituições, de forma criativa. Agora, eu não vejo que isso esteja acontecendo. Precisamos pensar em profundidade o que é ser negro no Brasil, quem é o depositário desta ação de promoção, desta medida transitória de promoção. Precisamos entender em profundidade como é, que aspecto tem este destinatário, e o que é que ele necessita para conseguir atravessar a universidade com proveito para ele como sujeito individual de direitos e, por sobretudo, para ele como membro de um grupo de interesse dentro da nação, quer dizer, como representante de um sujeito coletivo de direitos. A mesma coisa com relação aos índios.

**6) No texto “Raça é signo” publicado na “Série Antropologia”, você argumentou que a política de cotas e discriminação positiva introduz o que chamou de eficácia comunicativa, ou seja, “se a cor da pele negra é um signo ausente do texto visual geralmente associado ao poder, à autoridade e ao prestígio. A introdução desse signo modificará gradualmente a forma em que olhamos e lemos a paisagem humana**

**nos ambientes pelos quais transitamos”(Segato, 2005: p.10). Já é possível avaliar a mudança nessa paisagem uma vez que pelo menos a questão racial – esquecida por muito tempo – voltou à ordem do discurso?**

**RITA:** Sim, de fato. E esse é um fenômeno, como falei, que se está multiplicando dentro e fora da universidade. As pessoas negras se aventuram agora em espaços públicos onde antes não circulavam ou circulavam procurando a invisibilidade. Pela exposição do debate, pelos vários efeitos comunicativos da medida, passou-se a perceber-se que o universo de disputa não somente é legítimo como, também, é juridicamente avalizado (me refiro aos vários instrumentos internacionais de Direitos Humanos que o Brasil assinou e que tem força de lei). O signo do negro começa a se inscrever nos laboratórios, nos cursos de elite, e daí a se disseminar nos espaços onde as decisões mais relevantes da vida naci-

onal são tomadas. Esse signo produz uma verdadeira revolução na ordem comunicativa. Mas isso não basta: somente tem sentido se ela mina as outras dimensões da ordem hierárquica e leva em si a mensagem de que a história está em movimento e que outras reviravoltas serão, também, possíveis.

#### Referências

CARVALHO, J. J; SEGATO, R. L. *Uma proposta de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília*. Série Antropologia. Brasília, n. 314, 2002. Disponível em: <[www.unb.br/ics/dan/Serie314empdf.pdf](http://www.unb.br/ics/dan/Serie314empdf.pdf)> .

SEGATO, R. L. *Raça é signo*. Série Antropologia. Brasília, n. 373, 2005. Disponível em: <[www.unb.br/ics/dan/Serie373empdf.pdf](http://www.unb.br/ics/dan/Serie373empdf.pdf)> .